

DÍVIDA: O PMDB ESTÁ DIVIDIDO.

De um lado, críticas ao acordo e a ameaça de um repúdio formal; de outro, a conciliação.

Duras críticas à suspensão da moratória e à prometida volta do Brasil ao FMI foram feitas ontem por parlamentares do PMDB, depois de se reunirem com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e o assessor especial para a dívida, Fernão Bracher. Os mais contundentes foram o senador Mário Covas e os deputados Pimenta da Veiga e Fernando Gasparian. Três deles — o senador Severo Gomes, Veiga e Gasparian — disseram que articulam a redação de um documento do PMDB contra o acordo que o governo fechou com os bancos credores. Mas o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, considerou "satisfatórias" as informações prestadas por Bresser sobre a renegociação da dívida, ao passo que o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, disse que elas foram "razoáveis".

Os peemedebistas ficaram decepcionados com a falta de resposta concreta do ministro da Fazenda à indagação do deputado Genebaldo Correia sobre os benefícios que o Brasil já conseguiu com as negociações. Muitos parlamentares também criticaram a presença de Bracher e Milliet nas negociações, dizendo que a tarefa caberia ao próprio ministro — e não a assessores.

Se não houver uma "reação de caráter nacional, com firmeza, o País voltará ao FMI", na opinião de quase todos os que conversaram com Bresser Pereira. Mas foi outra a impressão transmitida por Ulysses Guimarães, considerado o mais conciliador e que chegou até a chamar a atenção do deputado Pimenta da Veiga pelas observações que fez.

Outro contou que Pimenta da Veiga, com o apoio do senador Mário Covas e do deputado Fernando Gasparian, afirmou que o Brasil precisa "furar o tumor, em vez de ficar passando uma simples pomada do tipo 'Minâncora' para tentar curar o tumor". Gasparian, Veiga e Severo Gomes já articulam a elaboração de um documento do PMDB contra o acordo fechado com os bancos comerciais credores, e que deverá ser encaminhado ao presidente José Sarney por meio do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Pimenta da Veiga explicou que o documento tem como objetivo principal denunciar a forma como a renegociação da dívida é conduzida, principalmente no que se refere aos entendimentos com o FMI, que o PMDB considera inaceitáveis, pois ele existe para "proteger os credores. Ou é dispensado, ou será sempre contra o Brasil", segundo disse.

Sem precipitação

Já o deputado Gasparian disse que saiu do encontro com as autoridades da área econômica exatamente como entrou: "Perplexo, sem entender como é que se pode dar tanto sem receber nada". Na sua opinião, seria preferível que o Brasil se deixasse rebaixar à condição de mau pagador, a aceitar os termos do acordo provisório fechado com os bancos.

Não foi essa a opinião transmitida pelo líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro. Para ele, as informações do ministro Bresser Pereira foram satisfatórias. Explicou que "será precipitada qualquer manifestação de otimismo ou de pessimismo sobre o acordo antes do dia 15 de janeiro, quando o Brasil terá pago três meses de juros".

Pinheiro negou-se a admitir que o governo interrompeu a moratória. Respondeu com os argumentos do próprio Bresser, de que "ela foi apenas interrompida e vigorará novamente a partir de 15 de janeiro, se os credores não aceitarem um acordo que corresponda à realidade brasileira".

Admitindo que as informações prestadas não encerram o assunto, Ibsen Pinheiro esclareceu que o PMDB não restringe propriamente a ida do País ao FMI: apenas não quer que uma negociação fique vinculada à obrigatoriedade de se recorrer ao Fundo. Foi aliás o que disse Bresser aos peemedebistas: que o Brasil não aceitará o monitoramento de sua economia pelo FMI, e que não se deve entender como submissão a volta do País ao Fundo, para a adoção de um programa.

Já o senador Severo Gomes lembrou que a convenção nacional do PMDB em julho definiu a posição do partido quanto à dívida externa, cujas diretrizes não foram observadas nas recentes negociações. Para ele, "o PMDB foi violado", mas não é provável que a Executiva Nacional do partido reaja. "Você já viu reação quando a Executiva é integrada pelo deputado Roberto Cardoso Alves?", perguntou.

Considerado conciliador no encontro, Ulysses Guimarães disse que as explicações de Bresser foram "razoáveis". Conforme declarou depois da reunião, "houve suspensão da moratória. Mas não foi uma eliminação da moratória, um término". Ela poderá ser retomada, "dependendo da evolução dos entendimentos e acordos até janeiro", e só foi interrompida para permitir o prosseguimento das negociações.

O segundo ponto de atrito entre Bresser e o PMDB — a ida do Brasil ao FMI — foi discutido "exaustivamente", segundo Ulysses. Conforme prometeu, Bresser explicou que os acordos com os bancos estarão desvinculados do FMI. "O acordo com os 740 bancos, esse é feito antes de qualquer entendimento com o Fundo", disse Ulysses. Bresser diria depois do encontro que, nas futuras negociações com os bancos comerciais credores, "não faremos um acordo final sem que haja avanços, e eles deverão entender que será o confronto. Queremos negociar honestamente e de boa-fé, mas é preciso que haja concessões das duas partes".

Chiarelli: o PMDB agora não pode fugir à responsabilidade.

Os políticos do PMDB estão relutando em assumir a política da dívida externa do governo, porque chegaram à conclusão de que o Brasil não só concordou em suspender a moratória como aceitou recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), de acordo com a impressão que o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e o negociador, Fernão Bracher, lhes deixaram ao depor ontem na Comissão da Dívida do Senado. Entretanto, os líderes do partido no Senado (Fernando Henrique Cardoso) e na Câmara (Ibsen Pinheiro) aproximaram-se bastante da posição do deputado Ulysses Guimarães, de aceitação das negociações de Nova York como o acordo possível, representando a posição moderada do partido.

O PMDB não é o responsável pela formulação da política de negociação externa, uma atribuição exclusiva do presidente da

República, cabendo aos partidos que apóiam o governo apenas acompanhá-la e sobre ela emitir suas opiniões, declarou Fernando Henrique. Mas para o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, presidente da comissão senatorial (Fernando Henrique é o relator), "não adianta o PMDB querer fugir agora à responsabilidade". Segundo Chiarelli, o partido "deve tratar de defender sua política, pois nós, do PFL, agradecemos, mas rejeitamos essa paternidade".

Após sua exposição na Comissão da Dívida Externa, Bracher disse que existe risco no pagamento que o Brasil fará de US\$ 500 milhões. Segundo ele, isso não significa a garantia de que os credores aceitarão as bases para o fechamento do acordo global. Apesar de constar do telex enviado aos credores que "o Brasil procurará o FMI para apoiar o seu programa econômico", Bracher afirmou que o telex diz também que esse ajuste não deverá condicionar os desembolsos a serem feitos pela comunidade financeira internacional.

O fechamento do acordo provisório foi, na opinião do senador Roberto Campos (PDS-MT), "o pior da nossa história". Roberto Campos, considerou, entretanto, um ponto vitorioso a aceitação do monitoramento pelo FMI.

Na França, uma certeza: vamos ao FMI.

Os meios bancários franceses não têm a menor dúvida em relação ao texto do acordo provisório assinado com o governo brasileiro. Para eles, os termos do comunicado divulgado em Nova York permitem uma única interpretação. Ou seja: para concluir uma negociação global com os bancos, cujo prazo é o mês de junho de 1988, o País deverá acertar um programa com o FMI (Fundo Monetário Internacional). Essa é a mesma interpretação dos credores do Clube de Paris que, ainda no último sábado, logo após o anúncio do acordo provisório, reafirmaram que o reescalonamento da dívida brasileira, a partir do segundo semestre de 1987 e durante os dois próximos anos, vai depender também de um acordo com o FMI.

Uma exceção foi aberta em janeiro, durante a gestão do ministro Dílson Funaro, mas havia o compromisso de que, vencidos os seis meses do acordo, o Brasil aceitaria um acordo mais amplo na forma clássica, o que não ocorreu. Assim, só uma reviravolta da posição do PMDB poderá desbloquear a situação daqui para a frente. A intransigência do PMDB, no plano interno, e dos bancos e governos credores no plano externo, apesar do acordo provisório, é a mesma. As mesmas áreas admitem que a equipe econômica comandada pelo ministro Bresser Pereira, e da qual fazem parte os negociadores Fernão Bracher e Antonio de Pádua Seixas, poderá perder o apoio político do PMDB.

Essas mesmas áreas não escondiam uma certa expectativa em relação ao encontro previsto entre o ministro Bresser Pereira e os senadores do PMDB em Brasília. Ainda ontem, os comentaristas econômicos apontavam a ambigüidade verificada na publicação de duas versões do comunicado em Nova York e em Brasília, lembrando que na capital brasileira as autoridades procuraram minimizar o problema do FMI, quando essa foi uma condição imposta pelos banqueiros para a conclusão do acordo provisório.

Realí Júnior, de Paris.

Estas são as regras para converter a dívida em investimento

O Conselho Monetário Nacional deverá aprovar, em sua próxima reunião, as regras básicas para a conversão da dívida externa brasileira em investimentos. São elas: poderão ser convertidas as dívidas externas de médio e longo prazos (empréstimos e financiamentos) registradas e depósitos feitos no Banco Central, em moeda estrangeira. Não serão admitidas conversões que resultem, direta ou indiretamente, na transferência do controle de empresas para pessoas físicas domiciliadas no Exterior. A dívida registrada no Banco Central em nome de empresas ou entidades do setor público só poderá ser convertida em investimento junto ao próprio setor público, com desconto a ser fixado pelo Banco Central. Os depósitos em moeda estrangeira terão que ser aplicados em projetos novos ou na ampliação de projetos existentes, preferencialmente na região Nordeste.

As propostas de conversão serão atendidas com base em um sistema de leilões, tendo preferência aqueles que se destinem a projetos voltados para exportação, aprovados pela Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais e Programas de Exportação (Beflex), projetos no setor hoteleiro aprovados pela Embratur, e projetos para pesquisa, desenvolvimento e absorção de novas tecnologias, aprovados pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Segundo uma fonte do Banco Central, a dívida para conversão em investimento de acordo com o projeto do governo era, em setembro, de US\$ 66.134 milhões, sendo US\$ 23.502 milhões de créditos no Banco Central, sujeitos a leilão, US\$ 32.344 milhões do setor privado, inclusive depósitos em moeda estrangeira.

O prazo mínimo de permanência no País dos recursos convertidos será de 15 anos, contados a partir da data de capitalização. Os lucros e dividendos produzidos pelo investimento deverão, até cinco anos depois da data de capitalização, ser depositados no Banco Central ou reaplicados nas mesmas ou em outras empresas e, depois deste período, poderão ser transferidos para o Exterior, de forma parcelada, 20% ao ano em cinco anos. Não serão admitidas conversões para investimentos onde, direta ou indiretamente, esteja assegurada rentabilidade mínima e/ou recompra do investimento.

A explicação do Banco Central para a regulamentação da conversão da dívida externa em investimento é que, de um lado, ela permite ao empresário brasileiro ter um sócio capaz de aceitar uma taxa de retorno mais moderada, repartindo os riscos inerentes ao investimento. Por outro lado, para a empresa estrangeira deve interessar o barateamento do custo de investimento. O argumento principal, no entanto, é a constatação de que não entra mais dinheiro novo no País quando a conversão é proibida.